

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.898 - SP (2019/0129621-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CONSTRULEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE : POLYSUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE : POLIMEROS ITAQUERA INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE : POLYNGA INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CÁSSIO RANZINI OLMOS - SP224137
EMMANOEL ALEXANDRE DE OLIVEIRA - SP242313
RECORRIDO : CHRISTIAN REGINALDO
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ MATEUS - SP203466
INTERES. : DANIELA TAPXURE SEVERINO - ADMINISTRADOR
ADVOGADO : DANIELA TAPXURE SEVERINO - SP187371

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por CONSTRULEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTROS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 410):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. VERBAS DECORRENTES DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, O QUE OCORREU APÓS O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. CRÉDITOS DE NATUREZA EXTRACONCURSAL, NOS TERMOS DO ART. 49, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/05. PLANO DE RECUPERAÇÃO QUE AFASTA A POSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DESSES CRÉDITOS. RECURSO NÃO PROVIDO."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 454-459.

Nas razões do recurso especial, as recorrentes alegam violação aos arts. 47, 49 e 66 da Lei n. 11.101/2005, ao argumento, entre outros, que *"(...) ao determinar que estão sujeitos à recuperação judicial os créditos até a data do pedido recuperatório, "ainda que não vencidos", a lei deixa fora de dúvida que o critério temporal que deve ser empregado para discriminar os débitos sujeitos ao pedido não é a sua data de*

vencimento nem a data do trânsito em julgado da sentença que o reconheceu ou declarou, mas sim o seu período de constituição, isto é, do fato gerador (...)". (fl. 425)

É o relatório. Decido.

Cumprido observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A irresignação não prospera.

Com efeito, verifica-se que os arts. 47 e 66 da Lei n. 11.101/2005 não estão prequestionados, apesar da oposição de embargos de declaração no eg. TJ-SP. Assim, se mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o eg. Tribunal *a quo* continuar omissa quanto a matéria que se pretendia prequestionar, é dever do recorrente, no apelo nobre, apontar violação ao art. 535 do CPC/73 (CPC/2015, art. 1.022), o que não ocorreu no caso em liça. Nesse cenário, o apelo nobre esbarra no óbice da Súmula n. 211/STJ. Nesse sentido, destacam-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, APÓS RECONSIDERAR DELIBERAÇÃO UNIPESSOAL ANTERIOR, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVANTE.

(...)

2. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211 do STJ.

2.1. Na hipótese, não foi apontada violação do artigo 535 do CPC/73, vigente à época, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AgRg no AREsp 221.387/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 25/10/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017 - grifou-se)

Com efeito, ao apontar violação ao art. 49 da Lei n. 11.101/2005, as recorrentes sustentam que os créditos trabalhistas devem ser submetidos ao plano de recuperação judicial, uma vez que seu fato gerador antecede o pedido de recuperação.

Por sua vez, o TJ-SP, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou que os fatos geradores do crédito perseguido são posteriores ao pedido de recuperação, ao passo que tais valores possuem natureza extraconcursal, devendo ser perseguidos pelas próprias vias. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 411-412):

"II) Em que pese o inconformismo das recuperandas contra a r. decisão que indeferiu o pedido de habilitação do crédito, o presente agravo não comporta provimento.

Isso porque, nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/05, "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que não é o caso do crédito do agravado Christyan Reginaldo.

Embora a relação trabalhista com as recuperandas tenha iniciado antes do pedido de recuperação, anota-se que o acordo em questão diz respeito a verbas trabalhistas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho e outras verbas a partir de 2015 (conforme se observa às fls. 25/33 e

22/23 do agravo), de modo que os fatos geradores do crédito perseguido são posteriores ao pedido de recuperação.

Logo, esses valores possuem natureza extraconcursal, devendo ser perseguidos pelas vias próprias, conforme previsto especificamente na cláusula 8.5 do próprio plano de recuperação (fls. 1.248/1.338 e 1.661/1.672 dos originais) aprovado pelos credores a ele submetidos:

(...)

Anota-se, também, que tal cláusula 8.5 não foi alterada no aditivo ao plano de recuperação juntado às fls. 1.661/1.672 dos originais." (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a jurisprudência desta Corte vem afirmando que, para sujeição do crédito ao plano de recuperação judicial, segundo o disposto no art. 49, caput, da Lei 11.101/2005, é necessário apenas a constatação do vínculo jurídico entre as partes, sendo prescindível a declaração judicial ou o trânsito em julgado. Nessa linha de intelecção, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO TRABALHISTA. CONSTITUIÇÃO. MOMENTO POSTERIOR À INSTAURAÇÃO DO JUÍZO UNIVERSAL. HABILITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos da atual jurisprudência vigente na Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, para sujeição do crédito ao plano de recuperação judicial, segundo o disposto no art. 49, caput, da Lei 11.101/2005, é necessário apenas a constatação do vínculo jurídico entre as partes, sendo prescindível a declaração judicial ou o trânsito em julgado.

2. Para submissão do crédito trabalhista ao juízo universal, é preciso que seja avaliado se sua constituição foi anterior ou posterior à instauração do plano recuperacional.

3. No caso em exame, verificou-se que a verba trabalhista foi constituída por meio de acordo celebrado entre as partes em momento posterior ao deferimento do plano de recuperação judicial, sendo, desse modo, inviável a sua submissão ao juízo universal, conforme requerido pelas recorrentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1813523/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 22/10/2019 - grifou-se)

No caso, conforme se verifica dos autos, o Tribunal de origem concluiu de

Superior Tribunal de Justiça

acordo com a jurisprudência do STJ, pois, conforme consignado, os fatos geradores dos créditos decorrentes do acordo trabalhista são posteriores ao pedido de recuperação. Desse modo, incide, no caso, o óbice da Súmula n. 83/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator